



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO
ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ,
ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 18 DE
AGOSTO DE 2026.**

MESA EXECUTIVA:

**JORGE TORQUATO JUNIOR
PAULO CEZAR MIYAZAKI
NEUZA COSTA SOUZA**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Maria Lídia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO CEZAR MIYAZAKI, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE e ausente o vereador ROSANO CUSTÓDIO, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. A sessão foi iniciada com a leitura bíblica do Salmo 24, versículos 8 a 12, realizada pela segunda secretária. Em seguida, a secretária da Casa procedeu à leitura da ata da 24ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2026, que contou com a Mesa Executiva composta por Jorge Torquato Junior, Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. A ata foi colocada à disposição dos vereadores e, não havendo manifestações, foi considerada aprovada. Na fase do expediente, foram lidas as seguintes matérias: Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre o Projeto de Lei nº 14 de 2026, de 27 de abril de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a nova estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Assaí e dá outras providências". A comissão opinou favoravelmente à aprovação do projeto, conforme parecer emitido em 17 de agosto de 2026; Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Viação, Obras Públicas e Esporte, de 17 de agosto de 2026, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 025/2026, de 21 de julho de 2026, de autoria do Poder Executivo, que Altera a Lei Municipal nº 973 de 22 de agosto de 2007, para modificar a denominação do complexo esportivo municipal implantado no imóvel objeto da Matrícula nº 15.169 do Registro de Imóveis da Comarca de Assaí. Ambos os projetos foram despachados para a ordem do dia da presente sessão. Comunicado de Recebimento de Recursos da Prefeitura do Município de Assaí, referente ao valor de R\$ 8.475,66 para a implantação de um parque urbano (Parque Mirai), conforme disposto na Lei Federal 9.452/1997 e Decreto Municipal nº 112/2021. O comunicado foi assinado por Nilce Shinohata Menegazzo, Secretária Municipal de Finanças. Após a leitura e despachos das matérias, o Presidente informou que o Projeto de Lei nº 14 de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a nova estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Assaí e dá outras providências", seria incluído na Ordem do Dia da presente sessão. O vereador Paulo Cezar Miyazaki solicitou, em requerimento verbal, a inclusão do Projeto de Lei nº 14 de 2026 na pauta do dia para discussão e votação em turno único, justificando que o projeto, referente à reestruturação do município, já estava há quatro meses na Casa. O Presidente colocou em discussão o pedido de urgência do vereador Paulo Cezar Miyazaki. O vereador Alessandro Cezar Torquato, manifestou-se contrariamente ao pedido de urgência, argumentando que o Projeto de Lei nº 14 de 2026 visava criar mais um cargo



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

comissionado na Prefeitura de Assaí, com remuneração de R\$ 18.000,00. Questionou a urgência de tal medida, sugerindo que a votação deveria ocorrer em dois turnos para permitir maior reflexão e discussão. Comparou a falta de urgência deste cargo com a urgência de contratação de profissionais de saúde, como pediatras ou neuropsiquiatras. Criticou a criação de cargos comissionados em detrimento de outras necessidades do município, como o transporte de estudantes para outras cidades, e expressou indignação com a leitura da palavra de Deus no início da sessão, seguida de atos que considerou contrários aos princípios éticos. O vereador Carlos Junior da Silva, ao fazer uso da palavra, criticou a postura do Presidente da Câmara por propor a votação em turno único de um projeto tão importante, que, segundo ele, abriria 167 cargos comissionados. Relatou que um vereador havia se retirado da sessão por nervosismo, quebrando o dedo, e considerou uma "vergonha" votar em regime de urgência nessas circunstâncias, pois estaria cerceando o direito de voto do vereador ausente. Afirmou que a Câmara estaria agindo sob influência do Prefeito e que os vereadores que votassem pela urgência deveriam ser "excluídos". Defendeu que a votação deveria aguardar o retorno do vereador ausente e que o projeto deveria ser discutido em dois turnos para permitir a proposição de emendas, como a destinação de R\$ 17.000,00 para um médico plantonista 24 horas no hospital. O vereador Paulo Cezar Miyazaki reiterou seu pedido de urgência, justificando que o Projeto de Lei nº 14 de 2026 estava na Casa há quatro meses. Acusou os vereadores da oposição de fazerem "politicagem" e de tentarem atrasar a aprovação do projeto para fins eleitorais. Mencionou uma live realizada por vereadores da oposição, onde teriam criticado os vereadores da base. Defendeu a importância do projeto para a reestruturação do município, citando a criação de um almoxarifado central e a economia que isso traria. Negou a criação de 160 cargos, afirmando que o projeto criaria cargos de diretor para alunos do CEEP. Criticou a oposição por não reconhecer as obras e investimentos do município, como o Parque Mirai, a creche do Cotia e o centro de idosos. O vereador Clésio Carlos Cruz expressou que a discussão não levaria a lugar nenhum, pois o projeto já havia sido debatido intensamente na semana anterior. Afirmou que o Prefeito estaria "jogando a bomba" para os vereadores resolverem. Esclareceu que o projeto criaria 14 cargos comissionados, incluindo 5 cargos de R\$ 6.000,00, e apenas um de R\$ 18.000,00. Declarou seu voto contrário à criação de cargos comissionados, especialmente após a retirada de verbas estudantis para tal fim. Criticou a falta de coragem do Prefeito em assumir responsabilidades e a prática de "briguinhas" na política. Defendeu a votação em dois turnos para permitir emendas e maior discussão. O Presidente, Jorge Torquato Junior, parabenizou as palavras do vereador Clésio Carlos Cruz, defendendo a democracia e o direito de cada vereador votar de acordo com sua consciência. Esclareceu que o projeto não criava 167 cargos, mas sim 14 novos cargos, resultantes de uma reestruturação que extinguiu cargos anteriores e criava novos, como o de almoxarifado central. Afirmou que o cargo de secretário de logística do almoxarifado seria ocupado por um funcionário público e que cargos de confiança são necessários para a administração municipal. Negou ser responsável pelas brigas na Câmara, defendendo o respeito mútuo entre os vereadores e a importância de não ofender o próximo. O vereador Paulo Hara parabenizou as falas do vereador Clésio Carlos Cruz e do Presidente, defendendo a democracia e o respeito às opiniões divergentes. Argumentou que o mundo caminha para a digitalização e a eficiência, e que a prefeitura precisa acompanhar essa evolução para evitar despesas e aumentar a praticidade. Citou a saída de bancos e a possível implementação do Drex como exemplos da globalização. Reconheceu que a evolução pode ser uma "política de exclusão" para pessoas idosas. O vereador Raidar Ahmad Ali Chehade manifestou-se sobre a discussão, afirmando que não tem "rabo preso" com o Prefeito e que votaria de acordo com sua consciência. Mencionou o estresse do vereador Rosano Custódio e a possibilidade de ele retornar à sessão para votar. Declarou que, embora fosse a favor do cargo,



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

esperaria o retorno do vereador Rosano para a votação. Encerrada a fase de discussão, o Presidente solicitou à segunda secretária que procedesse à chamada nominal para a votação do pedido de urgência para votação em turno único do Projeto de Lei nº 14 de 2026. - Vereador Alessandro Cezar Torquato: Não. - Vereador Carlos Junior da Silva: Não. - Vereador Clésio Carlos Cruz: Não. - Vereador Jorge Torquato Junior: Sim. - Vereadora Neuza Costa Souza: Sim. - Vereador Paulo Cezar Miyazaki: Sim. - Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade: Não. - Vereador Paulo Hara: Sim. O pedido de regime de urgência foi rejeitado. Em seguida, foi iniciada a Ordem do Dia, com a discussão do Projeto de Lei nº 14 de 2026, que "Dispõe sobre a nova estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Assaí e dá outras providências". O vereador Carlos Junior da Silva, ao fazer uso da palavra, reiterou que o município possui 167 cargos comissionados, e não que o projeto criaria esse número. Criticou a criação de cargos de secretário ou diretor para o almoxarifado, sugerindo que um funcionário comum seria suficiente. Questionou a legalidade e moralidade da criação de 12 cargos comissionados na área de tecnologia e inovação sem o número correspondente de funcionários efetivos. Argumentou que o cargo de Chefe de Governança, com remuneração de R\$ 17.600,00 e exigência de apenas segundo grau e 12 anos de experiência em governança administrativa, era um cargo político e imoral. Criticou a falta de um almoxarifado nos 20 anos de gestão do Prefeito e a urgência de sua criação agora. Defendeu a proposição de emendas para destinar o valor do cargo de Chefe de Governança para um médico. Expressou indignação com a falta de impacto orçamentário dos novos cargos e a disparidade salarial entre os servidores públicos e os cargos comissionados. Declarou seu voto contrário ao projeto, afirmando que não tem "rabo preso" e que sua campanha é feita na rua, com a população. O vereador Raidar Ahmad Ali Chehade declarou-se a favor do cargo, mas afirmou que estava participando da discussão para que o vereador Rosano Custódio pudesse retornar e votar. mencionou que o assunto da briga era pessoal e que respeitava o vereador Rosano. Encerrada a discussão, o Presidente solicitou à segunda secretária que procedesse à chamada nominal para a votação do Projeto de Lei nº 14 de 2026 em primeira discussão. - Vereador Alessandro Cezar Torquato: Não. - Vereador Carlos Junior da Silva: Não. - Vereador Clésio Carlos Cruz: Não. - Vereador Jorge Torquato Junior: Sim. - Vereadora Neuza Costa Souza: Sim. - Vereador Paulo Cezar Miyazaki: Sim. - Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade: Sim. - Vereador Paulo Hara: Sim. O Projeto de Lei nº 14 de 2026 foi aprovado em primeira discussão por cinco votos favoráveis e três contrários. Em seguida, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 25 de 2026, que "Altera a Lei Municipal 973 de 22 de agosto de 2027 para modificar a denominação do complexo esportivo municipal implantado no imóvel objeto de matrícula 15169 do registro de imóveis da Câmara de Assaí". O vereador Carlos Junior da Silva, ao fazer uso da palavra, explicou que o complexo esportivo, conhecido como Campo do Juventus, havia sido denominado "Renata Costa" em homenagem à atleta que representou o Brasil nas Olimpíadas. Reconheceu que a denominação de prédio público com nome de pessoa viva é inconstitucional, mas questionou a mudança do nome após 19 anos, especialmente porque o Prefeito havia tentado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para a inauguração do complexo, que foi negada. Argumentou que a mudança seria um "capricho" e que a administração pública não deveria agir por capricho. Defendeu que a decisão deveria ser da justiça e que a Câmara não deveria desagradar uma pessoa que levou o nome de Assaí. O Presidente, Jorge Torquato Junior, reconheceu que a denominação de locais públicos com nomes de pessoas vivas foi um erro do passado. Informou que o projeto visava corrigir esse erro, substituindo o nome de Renata Costa pelo de Chicão, filho do ex-deputado Severino Félix, um esportista de grande valor. Sugeriu a possibilidade de homenagear Renata Costa com uma estátua no local. Salientou que a lei é clara sobre a inconstitucionalidade de homenagear pessoas vivas e que a mudança do nome permitiria a



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

inauguração do Campo do Juventus, beneficiando a população. A vereadora Neuza Costa Souza expressou seu carinho e admiração por Renata Costa, com quem jogou futebol e conquistou títulos. Afirmou que, se não fosse inconstitucional, votaria pela manutenção do nome Renata Costa. Agradeceu ao Prefeito por ter abraçado o projeto do Campo do Juventus, que considerou uma obra de seu mandato. Mencionou outras obras que a orgulham, como o Terminal dos Trabalhadores. Declarou que coloca sua vida política nas mãos de Deus e que, embora triste com a mudança, votaria a favor do projeto por ser inconstitucional. Encerrada a discussão, o Presidente solicitou à segunda secretária que procedesse à chamada nominal para a votação do Projeto de Lei nº 25 de 2026. - Vereador Alessandro Cezar Torquato: Não. - Vereador Carlos Junior da Silva: Não. - Vereador Clésio Carlos Cruz: Não. - Vereador Jorge Torquato Junior: Sim. - Vereadora Neuza Costa Souza: Sim. - Vereador Paulo Cezar Miyazaki: Sim. - Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade: Sim. - Vereador Paulo Hara: Sim. O Projeto de Lei nº 25 de 2026 foi rejeitado por não ter atingido o quórum de dois terços, com cinco votos favoráveis e três contrários. Na fase de Explicações Pessoais, o vereador Paulo Hara fez uso da palavra, defendendo a democracia e o respeito às opiniões divergentes. Elogiou as obras e investimentos do município de Assaí, como o Parque Mirai, o Terminal do Trabalhador, a supercreche, a nova escola e a UBS da Vila Nova, totalizando cerca de 150 milhões de investimentos. Mencionou que os gastos com recursos humanos estavam em 38%, abaixo do limite prudencial de 54%. Atribuiu a queda na arrecadação municipal e o fechamento de lojas em Londrina e Assaí a um reflexo da política do governo federal. O vereador Raidar Ahmad Ali Chehade, em suas explicações pessoais, pediu desculpas pelo transtorno ocorrido na sessão, referindo-se ao incidente com o vereador Rosano Custódio. Afirmou que sua amizade com Rosano era fora da política e que o respeitava. Reiterou que não havia dito nada demais para provocar a reação do colega e que esperava que a situação se resolvesse. Expressou cansaço com as discussões constantes na Câmara. O vereador Alessandro Cezar Torquato, em suas explicações pessoais, voltou a criticar o Projeto de Lei nº 14 de 2026, referente ao cargo comissionado. Mencionou a lesão do vereador Rosano Custódio como resultado do estresse gerado pela situação. Criticou a postura do Prefeito em usar a Câmara como um "puxadinho" e a expectativa de que os vereadores defendam as obras do Executivo. Questionou a afirmação de que Assaí "caminha a passos largos", apontando o comércio parado e a falta de empresas na cidade. Agradeceu ao vereador Raidar por ter votado contra a urgência do projeto, o que permitiu uma semana a mais para discussão e mobilização da população e da imprensa. Desafiou o Prefeito, afirmando que ele "manda e desmanda" em Assaí, mas não conseguiu cassá-lo. Declarou que combateria a criação do cargo comissionado e que não dependia da política para viver. O vereador Carlos Junior da Silva, em suas explicações pessoais, lamentou o ocorrido na sessão e dirigiu-se ao Presidente da Câmara, pedindo que não se tente votar projetos polêmicos em turno único, pois isso acirra os ânimos e cerceia o direito dos vereadores de oposição de propor emendas. Informou que o município tem 146 cargos comissionados, 108 funções gratificadas e que seriam criados 29 novos cargos. Questionou a criação de novos cargos em um cenário de queda de arrecadação e a falta de diálogo na Câmara. O vereador Clésio Carlos Cruz, em suas explicações pessoais, reiterou que o advogado da Câmara informou a existência de 146 cargos comissionados, 108 funções gratificadas e a criação de 29 novos cargos. Questionou a criação de novos cargos em um cenário de queda de arrecadação e a falta de diálogo na Câmara. Criticou a falta de aceitação de projetos de sua autoria, como o desconto na COSIP e a energia solar para prédios públicos. Expressou indignação com a falta de apoio do Prefeito a recursos enviados por deputados. Afirmou que a política passa, mas o caráter e as amizades permanecem. Criticou o Prefeito por ser "narcisista" e por "chutar" pessoas quando não precisa mais delas. Não havendo mãos vereadores inscritos para usar da palavra. Nada mais havendo a tratar, o



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Presidente lamentou os acontecimentos da sessão e expressou a esperança de que as coisas se esclareçam durante a semana. Reforçou que o plenário é quem decide, e não o Presidente sozinho. Agradeceu a presença de todos os munícipes, vereadores e funcionários da Casa. Em nome de Deus, declarou encerrados os trabalhos da presente sessão.